

MEB e educação popular



The Basic Education Movement and popular education

Luiz Eduardo W. Wanderley*

Resumo- O Movimento de Educação de Base foi um movimento de educação popular, utilizando aulas radiofônicas, cursos de formação e eventos, para camponeses e trabalhadores rurais. Os objetivos eram: educar para transformar, concretizar uma pedagogia da participação popular. Dentre as concepções mais elaboradas estavam a consciência histórica, a conscientização, a politização, a animação popular. Foi dado um destaque para a educação sindicalista, na práticas do sindicalismo rural. No texto foram analisadas algumas tensões sobre as concepções educativas, com convergências e divergências nas ações realizadas por governos e instituições da sociedade civil. O MEB teve uma posição original e criativa no período selecionado (1961-1964 e mesmo pós 1964), apesar de algumas ambivalências, como foi demonstrado no presente artigo.

Palavras-chave: educação de base; educação popular; conscientização; politização; educação sindicalista.

Abstract-The Basic Education Movement (MEB) was a popular education movement, for peasants and rural workers, through radio broadcasting classes, training courses and events. The aims were: educating for transforming, achieving pedagogy of popular participation. Amongst the most elaborated conceptions were historical consciousness, awareness, politicization, and popular promotion. Union education was emphasized in the rural unionism practices. Some tensions on educational concepts were analyzed, with both convergence and divergence in actions carried out by governments and institutions of civil society. The Basic Education Movement had a unique and creative position within the selected period (1961-1964, and even after 1964), despite the occurrence of some ambivalences, as shown in the present paper.

Keywords: basic education; popular education; awareness; politicization; union education.

* Doutor em Sociologia pela USP e Pós-Doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris/França. Professor Titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados da Faculdade de Ciências Sociais PUC-SP. *Correspondência:* Rua Ourânia, 240 ap. 121 – São Paulo/SP. CEP: 05445-030. E-mail: <marilew@uol.com.br>

Introdução

Pesquisas e publicações sobre o Movimento de Educação de Base (MEB) trazem informações significativas sobre sua origem, história, dinâmica, objetivos, meios de atuação, conquistas e dificuldades. Eu mesmo fiz comentários de fundo sobre alguns destes elementos (1984). Uma pesquisa abrangente, que traz comentários fecundos sobre todos estes pontos, é a elaborada por Osmar Fávero (2006). O presente texto se fixa no período de 1961-1964, com algumas observações sobre o pós-64.

O MEB foi uma criação da Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1961. Teve o apoio da Presidência da República, com base em decreto e diversos convênios, com destaque pelo convênio com o Ministério da Educação e Cultura. O objetivo central do mesmo era o de realizar um programa de educação de base, utilizando escolas radiofônicas, com ênfase nas zonas rurais das áreas subdesenvolvidas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Sua criação foi precedida por três projetos, a saber: o SIRENA, do MEC, as escolas radiofônicas do SAR, na Diocese de Natal, e o SIRESE, na arquidiocese de Aracaju, conveniado com o SIRENA e outros órgãos federais.

Dentre as atividades pretendidas, estavam a alfabetização e iniciação em conhecimento, conscientização do povo, animação de grupos de representação, promoção e pressão e valorização da cultura popular. Em sua programação, foi se reelaborando a concepção de educação de base:

Considerando as dimensões totais do homem, entende-se como educação de base o processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de participação. Integrados em uma autêntica cultura popular, que leve a uma ação transformadora. Concomitantemente, deve propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo o povo brasileiro (MEB apud FÁVERO, 2006, p. 80).

Na interpretação da natureza e dos processos de educação popular concretizados, um ângulo analítico expressivo estava nas suas relações com as classes populares. Neste ponto, algumas características desta educação podem ser apontadas: a) é uma educação de classe – exige uma consciência dos interesses das classes populares; b) é histórica – depende do avanço das forças produtivas; c) é política – conjuga-se com outras dimensões da luta global das classes populares; d) é transformadora e liberadora – luta por mudanças qualitativas e reformas estruturais; e) é democrática – antiautoritária, antimassificadora, antilelitista; f) relaciona a teoria com a

prática; g) relaciona a educação com o trabalho; h) objetiva a realização de um poder popular.

Nesta perspectiva analítica, relaciona as experiências populares com os interesses centrais dos trabalhadores (operariado como foco básico), e busca ser praticada com as visões e ações dos intelectuais orgânicos, internos e externos às classes populares. Ela pode se dar nos âmbitos do Estado e da Sociedade Civil (WANDERLEY, 1984).

Inicialmente, trago algumas propostas de Lima Vaz (1963, p. 64), que foram utilizadas pelo MEB, e mesmo pela Ação Popular:

Cultura é o processo histórico (e portanto de natureza dialética) pelo qual o homem em relação ativa (conhecimento e ação) com o mundo e com os outros homens, transforma a natureza e se transforma a si mesmo, constituindo um mundo qualitativamente novo de significações, valores e obras humanas, e realizando-se como homem neste mundo humano.

Nesta esfera, a sua formulação foi reproduzida de distintas maneiras: a) a cultura é histórica, pois a iniciativa humana que cria a história é precisamente a cultura [...]; b) a cultura é social, pois só tem sentido e validade enquanto processo de comunicação das consciências [...]; c) a cultura é pessoal, pois é por excelência iniciativa de liberdade, enquanto supera o determinismo da natureza [...]; d) a cultura é universal. Pelo conteúdo humano de suas significações (aspecto subjetivo) e pela destinação humana de suas obras (aspecto objetivo), o processo cultural tende a constituir-se em elemento de mediação entre todos os homens [...] (MEB apud FÁVERO, 2006, p. 85).

Neste sentido, uma dimensão criativa da ação educativa do MEB diz respeito às suas interligações com a cultura: educação como um processo que visa à formação do Homem, com suas finalidades de ser consciente e transcendente; pretende ser criadora, o educando no seu papel de sujeito da cultura; é comunicação entre sujeitos e não mera transposição, o educando como sujeito criado criando a cultura; participar da cultura do seu grupo local; humanização da pessoa humana, o homem agente do desenvolvimento; ela é histórica, social, pessoal e universal (MEB apud FÁVERO, 2006).

Numa publicação do Movimento, a educação de base sintetiza dois aspectos: um engajamento real, uma resposta às necessidades concretas de humanização, aqui e agora; e a universalidade de seus fundamentos, para que, enquanto se personaliza na história, o homem possa sempre afirmar seu sentido transcendente (MEB apud FÁVERO, 2006).

Tendo por base este contexto amplo, um foco relevante e também fundamental na atuação do MEB se localiza na *cultura popular*. Um texto do Movimento explicita bem como era entendida a cultura popular:

Sendo assim, pode-se dizer que cultura popular não é um fenômeno neutro, indiferente. Ao contrário, nasce de um conflito e nele desemboca, pois ela existe e se apresenta sempre em termos de libertação, de promoção humana, no sentido mais amplo. Donde se conclui que não é possível um trabalho de educação popular desligado do processo de conscientização. É por estar ligada a esse processo, é que ela deve levar sempre a uma opção. Deve dar possibilidade de opção ao povo, embora não possa impor essa opção, porque ela deve ser encontrada pelo próprio povo. Esta opção decorre da plena consciência que o homem adquire das diferenças e desníveis entre os grupos que formam a sociedade e da necessidade de uma transformação dos padrões culturais, políticos, sociais e econômicos que os determinam. (MEB apud FÁVERO, 2006 p.87)¹.

Outro ponto central a ser compreendido e muito disseminado naquela época era o da *conscientização*. No caso do MEB, um intelectual que teve influência decisiva foi o Pe. Henrique de Lima Vaz, S. J. (1968), com sua interpretação do conceito de *consciência histórica* (C.H.). Para ele, a consciência histórica tinha dois sentidos fundamentais, que se implicavam mutuamente:

– *Sentido heurístico*: neste caso, o conceito de C.H. é um conceito *operativo*, por meio do qual analisamos e descobrimos a forma própria do existir histórico do homem numa determinada época e no seio de uma determinada cultura;

– *Sentido ontológico*: neste caso, o conceito de C.H. é um conceito *normativo* que nos permite descobrir as *exigências* autênticas de realização humana dos homens de determinada época ou cultura, e situar as opções concretas desses homens na linha de tais exigências.

A problemática educativa colocava questões de fundo. Como interpretar a *conscientização* na sua significação ideológica, seja numa perspectiva reformista, seja numa perspectiva revolucionária, um ponto estratégico utilizado pelos movimentos progressistas educativos e culturais da época; e como chegar às massas, a um povo localizado num tempo histórico. O debate clássico está em se saber como eliminar os riscos de dominação ideológica, pretendido ora pelos setores dominantes, ora pelos setores progressistas, sem imposições de “cima para baixo”. No caso específico do MEB, como se faria a adesão consciente à Igreja Católica (numa autêntica vida de fé), lutando pela “promoção humana” e contra as alienações históricas a que se considerava submetido. Como relacionar o terreno específico da fé religiosa com o terreno político, com os riscos e responsabilidades que lhe são próprias.

Uma caracterização rica do processo de consciência conscientizadora era o de Carlos Rodrigues Brandão:

¹ Argumentando que estas ideias fundamentais foram registradas em documentos de 1963, e sua versão definitiva foi publicada em 1965.

1º) É realizado por dois ou mais sujeitos que se reconhecem como tais, dentro de uma relação dialogal. 2º) É uma consequência do caráter intencional da consciência, que é capaz de constituir-se como o processo de representação de seus conteúdos; a consciência é sempre consciência de alguma coisa. 3º) Contém pelo menos três elementos: os dois sujeitos que se conscientizam, mais a coisa de que tomam consciência. 4º) Implica, de parte de seus sujeitos, o reconhecimento pessoal da consciência-de-si, a comunicação e o mundo em que ‘se comunicam’ como ‘coisa intencional’ e, ao mesmo tempo, como campo de mediação do encontro de consciências. 5º) Realiza conteúdos na consciência conscientizada em que o sujeito vai de tornando progressivamente mais capaz de tomar consciência-de-si (dimensão individualizada), de sua dimensão de homem-no-mundo e das consequências atribuídas a essa dimensão, sob a forma de direitos do homem, seus compromissos etc. Conscientizar-se poderia ser, então, pensar as relações entre o significado próprio da existência humana e a circunstância histórica que determina pelo menos alguns dos aspectos mais importantes dessa existência. Assim, concluímos que a ‘consciência conscientizada’ é aquela capaz de pensar a sua época histórica ao mesmo tempo que se pensa e se determina nessa época. O homem conscientizador não pode deixar de ser, então, o homem comprometido com a história de sua época. (apud WANDERLEY, 1984, p. 116).

Completando a conscientização, ela estava relacionada obrigatoriamente com a *politização*, a necessidade imperiosa de mudanças estruturais; a democracia realizada pelo povo, os trabalhadores rurais como agentes relevantes da história e na composição da população brasileira. Educar com sentido político era essencial. No Movimento, distinguiram-se duas tendências: uma voltada centralmente para a educação política, com temor e resistência de uma atuação diretamente política; outra incorporando maior clareza da política como um todo e agindo nela – como se poderá ver no item *educação sindicalista* a seguir.

Uma compreensão relevante e que aprofundava a imperiosidade política, numa linha crítica e mesmo revolucionária, foi a interpretação dada por Lima Vaz (1968), quando o MEB se debatia contra as discriminações postas pelo regime pós-1964, e suas relações institucionais com a hierarquia da Igreja. Buscando uma visão de mundo que os educadores deveriam ter, nos seus engajamentos com as classes populares:

Na perspectiva revolucionária [...] Somente uma interpretação científica da história que não poderia resultar das elaborações espontâneas da consciência dos proletários e deveria ser obra da reflexão dos intelectuais revolucionários, seria capaz de fundamentar uma consciência revolucionária: verdadeira consciência do proletariado. Caso contrário, ele ficaria sempre prisioneiro das representações ideológicas da classe dominante. Do mesmo modo, ‘conscientização’

na perspectiva revolucionária é apresentada como um processo para fazer passar a ideologia espontânea ou *vivida* das massas latino-americanas que é, necessariamente, uma ideologia de libertação, ao nível de uma ideologia *reflexa* ou, mais exatamente, de uma consciência *crítica*, em que essa libertação seja pensada dentro do único projeto que a pode tornar efetiva e real: dentro de um projeto revolucionário. (VAZ, 1968, p. 489).

Nas discussões sobre educação popular, é conhecido o debate sobre espontaneísmo ou dirigismo, sobre a autonomia dos movimentos sociais e, principalmente no caso presente, com o campesinato – não considerado uma classe fundamental no sentido clássico, mas que deveria ser tratada como tal.

A educação se faz na ação e será no agir que o homem se conscientiza. Por isso, é de suma importância que o trabalho educativo do MEB seja ‘engajante’, isto é, que suscite nos alunos o desejo de pertencer a grupos e associações onde eles possam exercer mais eficazmente sua ação transformadora da sociedade. (MEB apud FÁVERO, 1963, p. 3).

Além destes conceitos sobre o pensamento e as práticas do Movimento, um componente estratégico era o da *animação popular*. Mesmo enfrentando a situação difícilíssima pós-1964, a animação popular era entendida como um processo essencialmente político:

a) porque era uma educação de vida comunitária, de participação comum nos problemas e soluções de cada dia e, por isso, é um processo gradativo de conscientização; b) porque estruturava a comunidade de tal forma que possibilita a participação política de cada um na vida da comunidade, através de grupos e trabalhos comuns; c) porque levava inevitavelmente a ampliar esta vida política para o processo político nacional. (MEB apud WANDERLEY, 1984, p. 226).

Neste campo, a animação se centrava no Movimento popular, o qual gera um Movimento de cultura popular. O Movimento popular se assenta em três pressuposições:

a) só o povo pode resolver os problemas populares; b) tais problemas se apresentam como uma totalidade de efeitos que só pode ser corrigida pela supressão de suas causas, radicada nas estruturas sociais vigentes; c) o instrumento que efetua a transformação projetada é a luta política guiada por ideias que representam adequadamente a realidade objetiva. (MCP apud FÁVERO, 2006, p. 90).

O sistema socioeducativo do MEB era emitido por meio de emissoras católicas, com ligações oficiais com o episcopado católico. Apesar de alguns conflitos internos, havia uma aprovação da população rural, por

ele ser ligado à Igreja. Os líderes e monitores questionavam as injustiças e a exploração, com denúncias. Neste sentido, Wanderley (1984, p. 46) comentava:

[...] ao mesmo tempo em que negava, afirmava um mundo mais humano e justo, uma sociedade igualitária, um desenvolvimento dos homens em sua plenitude, formando sujeitos livres, ativos e responsáveis, e que conduzissem à libertação das classes populares.

Um componente significativo, que englobava o conjunto destes objetivos, no sentido maior da politização e da animação popular, foi a *educação sindicalista*. Naquela época, houve uma potencialização do sindicalismo rural, vinda da parte do governo (federal, estadual e municipal). Por exemplo, o Estatuto do Trabalhador Rural e a criação da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR) e de diversos atores da Sociedade Civil, num contexto complexo e amplo de divergências e mesmo conflitos entre eles, baseados em concepções ambivalentes e interesses de cunho político e ideológico, tanto entre os setores sociais em geral quanto no interior da Igreja. Para exemplificar, existem vários trabalhos analisando estes atores, dentre os quais podem ser salientados as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e o próprio MEB.

Dentre as propostas que traduziam a dinâmica acelerada, e que reestruturaram o papel do MEB na educação sindicalista pretendida, estavam: transformar o camponês em sujeito responsável, ou seja, ele deveria receber a colaboração dos conscientizadores; perceber os valores autênticos da comunidade, os valores ideológicos viciados e os valores da consciência histórica atual. Nos debates, salientou-se a necessidade de analisar a realidade com bom senso e com pesquisas científicas. O grupo mais ligado a este instrumento de ação tinha por horizonte o socialismo e a luta como sendo principalmente política e complementarmente econômica.

Outras questões se dirigiram para: o reconhecimento da estrutura de classe no meio rural; os impactos que a regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural trouxe para os sindicatos, jogando-os uns contra os outros, e choques entre os sindicatos de trabalhadores e dos pequenos proprietários; a necessidade da unidade do movimento camponês em todas as áreas, nas cúpulas e nas bases, analisando as convergências e as divergências sobre o imperativo de tornar as lutas mais avançadas e agressivas, dado que o processo estava se radicalizando. E o problema de entender se a discordância entre o objetivo econômico posto em primeiro lugar não era um jogo da reação dos proprietários para amarrar o processo.

Estas tensões existentes impediram que se formulasse um programa consensual de ação, dentro e fora do Movimento. Sobre a sua atuação específica, a meta era sempre o caráter educativo, mesmo no caso de que em alguns lugares ele mesmo tinha deflagrado o processo, mas continuava

com a ajuda supletiva e defendendo que outras organizações assumissem o processo de sindicalização (WANDERLEY, 1984).

Neste quadro, é importante ressaltar que o objetivo era a educação sindicalista, que envolvia a dimensão política e a necessidade de ações mais incisivas e diretas. Contudo, com o peso da não manipulação, o trabalho era voltado para uma intensa preparação das lideranças, por meio das aulas, dos programas especiais, dos treinamentos, de reuniões locais, etc. Um segundo impacto foi o reconhecimento de que grupos, à direita e à esquerda, objetivaram a criação de sindicatos rurais, e a defesa de que houvesse o reconhecimento do pluralismo. O terceiro impacto foi o de reprovar a burocratização governamental, o populismo de fundações de sindicatos e suas federações (WANDERLEY, 1984).

Para ter em foco os textos de estudo e do material didático, uma síntese exposta pelo Fávero (2006, p. 265) é importante:

- a) o homem, a pessoa humana é o centro e o motivo de tudo o que existe no mundo, donde decorre o seu direito de viver uma vida humana plena – o que não ocorre no subdesenvolvimento;
- b) o homem constrói a história, porque tem (ou pode ter) consciência de sua situação e age (ou pode agir) para transformar a realidade em termos de melhoria de vida, através da participação, da união;
- c) o trabalho, que transforma a natureza e alicerça as relações com os outros homens, constrói a cultura, que expressa a visão concreta dos homens sobre o mundo e a história;
- d) há diversas visões de homens e diferentes concepções de mundo, as quais, ante as condições concretas de lugar e de tempo, dão origem às diversas ideologias;
- e) para o grupo cristão, e para aqueles grupos que se propõem respeitar em sua prática os princípios cristãos, a transformação das estruturas econômicas e políticas, em termos da passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, é uma luta, na qual as relações entre os homens devem ser de reconhecimento, nunca de dominação;
- f) a construção de um mundo plenamente humano exige a rejeição da ordem capitalista, porque injusta e exploradora, e aponta na direção de uma sociedade na qual possa haver a primazia do trabalho sobre o capital. Escolhendo essa opção, ombreou-se o MEB com outros movimentos de educação e cultura popular que, no período, tinham a mesma perspectiva. Mais ainda, alinhou-se com a Ação Popular, num projeto de construção de uma sociedade socialista (que queria cristã), por meio de uma revolução (que não desejava violenta).

Uma questão problemática, que o Movimento tinha presente, era a de saber se seu papel histórico podia ser considerado como o de “intelectuais orgânicos”, no sentido clássico. Nesse sentido, Wanderley resume algumas noções sobre o assunto.

Conforme publicado em minha obra de 1984, os agentes intelectuais do Movimento, utilizando todos os meios de conscientização prati-

cados, exerceram a função de educador do movimento popular, em relação aos trabalhadores do campo. De educador que buscava uma sintonia com a realidade do campo e com os interesses dos educandos, auspiciando uma prática educativa com altos e baixos, com vacilações e incertezas, mas se avaliando e autocriticando a partir das necessidades postas pelo processo, respeitando condições locais e regionais que resguardassem a dimensão nacional.

Aperfeiçoando paulatinamente as técnicas pedagógicas e tomando consciência progressiva da dimensão política da educação de base, de qualquer educação, eles se aproximavam do papel mais completo de intelectual orgânico, ou seja, especialista mais político.

Os agentes intelectuais do MEB, disseminando as ideias de união e de organização, animando, estimulando e apoiando concretamente o surgimento de vários tipos de organização dos trabalhadores, dos quais os sindicatos rurais foram a forma mais acabada, propiciando a deflagração de ações políticas pela animação popular, exerceram a função de *organizadores* da classe subalterna camponesa. Exercendo, às vezes, funções supletivas de cunho partidário, pela ausência de organizações políticas adequadas.

Os agentes intelectuais do MEB, ao dar os primeiros passos para a valorização do saber popular existente no campo, ao tentar sistematizá-lo numa visão de mundo mais ampla, ao divulgar os elementos básicos do sistema capitalista, certas leis e mecanismos de seu funcionamento e de sua natureza, estavam exercendo a função de *homogeneizadores* da classe trabalhadora rural. E, ao criticar a concepção da realidade da classe dominante e tentar explicitar a concepção das classes populares, estavam difundindo para toda a sociedade – e aí o rádio foi fundamental – uma nova explicação da realidade social.

Contudo, ao não terem presente de forma clara a concepção de mundo da classe operária, ainda que criticando certos elementos ideológicos que deformam a consciência do trabalhador em geral, faltava-lhes fundamentos mais explícitos para uma maior homogeneização da consciência de classe do próprio campesinato e do conjunto das classes subalternas.

Ao lutar por um mundo regido pela justiça, pelas reformas estruturais nos campos econômico, político, cultural, religioso, bases imperativas das condições gerais que permitem aos homens se transformarem em sujeitos críticos e responsáveis, elementos da mensagem do MEB estavam conduzindo à “reforma intelectual e moral” de setores da sociedade civil. Estavam influenciando modificações no pensamento e nas vontades da população atingida pelos efeitos das várias atividades executadas.

O valor da pessoa, tão defendido, redefinía a figura do camponês, corriqueiramente menosprezada pelas elites e mesmo pela opinião pública em geral, reconhecendo a sua dignidade, o seu trabalho, o seu potencial de desenvolvimento (WANDERLEY, 1984).

Com a crise de 1964, além da perseguição de lideranças e violências por parte de autoridades no poder contra os atores envolvidos nos movimentos, tidos como transformadores progressistas, também houve, na Igreja, impactos da crise. Membros da hierarquia e dos padres que realizaram cortes no trabalho, sofreram afastamento das ações de sua realização e mesmo repressão de pessoas que estavam engajadas naquela prática. Mesmo assim, o MEB continuou atuando em certas regiões do país, com mudanças significativas em sua atuação e mesmo resgatando ideias e ações coletivas anteriores, no mundo rural.

Referências

FÁVERO, O. *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)*. Campinas: Autores Associados, 2006.

VAZ, S. J. H. L. *Cristianismo e consciência histórica: síntese política, econômica e social*. Rio de Janeiro: IBASE, n. 9-10, 1963.

_____. A Igreja e o problema da conscientização. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, n. 6, p. 483-493, jun. 1968.

WANDERLEY, L. E. W. *Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *Carta-relatório sobre sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: MEB Nacional. Mimeo, 1964.

Recebido em 26 de julho de 2014.

Aprovado para publicação em 29 de julho de 2014.